

Pesquisa inédita no Semiárido aponta como as famílias agricultoras enfrentam os impactos ambientais



Visita técnica a agricultor de Juazeirinho (PB)

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e o Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTI) divulgaram nesta quarta-feira (21) os primeiros resultados qualitativos da pesquisa “Sistemas Agrícolas Familiares Resilientes a Eventos Ambientais Extremos no Contexto do Semiárido Brasileiro”. A apresentação ocorreu para um público de assessores técnicos de entidades da sociedade civil, gestores públicos, pesquisadores, professores e agricultores que estão participando de um seminário internacional sobre o tema, na sede do Insa, em Campina Grande (PB).

Desde 2013, a pesquisa vem acompanhando a trajetória de vida de 100 famílias, distribuídas em 10 territórios dos nove estados do Semiárido com o objetivo de identificar as estratégias ecológicas e sociais implementadas pelos agricultores e agricultoras que lhes têm possibilitado resistir e/ou recuperar-se de impactos ambientais extremos, como a desertificação, as mudanças climáticas e os períodos longos de estiagem. Os territórios estudados são: Sertão do São Francisco (BA), Ibiapaba (CE), Alto Rio Pardo (MG), Cariri/Seridó e Borborema (PB), Sertão do Araripe (PE), Vale do Guaribas (PI), Sertão do Apodi (RN), Alto Sertão (SE) e Médio Sertão (AL).

EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS

No seminário foram apresentadas informações referentes a quatro propriedades, entre elas, a do casal Maria do Socorro e Júlio Rodrigues, da comunidade Jaquinicó, no município de Curaçá, no território do São Francisco (BA). Na propriedade de 15 hectares, a família desenvolve diversos subsistemas agrícolas como o roçado, o plantio de hortaliças e a criação de galinhas. Além disso, criam animais (caprino e bovino) soltos na Caatinga e praticam o extrativismo numa área coletiva de 3000 hectares. Essa prática é conhecida tradicionalmente como fundo de pasto.

A pesquisa aponta que o acesso à área coletiva favorece o pastejo de 200 animais e o extrativismo vegetal de forma sustentável. Mesmo no período da pior seca dos últimos 50 anos, que assolou a região nos últimos 4 anos, a família conseguiu manter o mesmo número de animais.

O acesso à terra e ao território também são aspectos importantes apontados pela pesquisa. No agroecossistema do casal João Almeida e Sueli, na comunidade geraizeira de Vereda Funda, no território do Alto Rio Pardo, em Minas

Gerais, a conquista da terra possibilitou o maior controle e autonomia da família em relação às fontes de água, ao trabalho de recuperação ambiental, reaparecimento de nascentes e fortalecimento da prática agroextrativista, por meio da coleta de frutos nativos e plantas medicinais numa área coletiva do assentamento.

Antônia Iva Ferreira, uma das bolsistas do Projeto, acompanha a pesquisa com o casal de agricultores, dona Maria Aparecida e seu Claudionor, no povoado Sítio Verde, município de Porto da Folha, estado de Sergipe. Ela observa que a participação de dona Maria Aparecida na Associação de Mulheres Resgatando sua História, que promove formação, intercâmbio e partilha de experiências, permitiu o acesso a informações e conhecimentos que possibilitou inovações no sistema agroecológico. Dentre as alternativas adotadas pelo casal em um pequeno espaço de terra (0,3 hectare), está a organização de um quintal diversificado onde possui frutas, hortaliças, criação de aves, abelhas e produção energética, que contribuíram para aumentar a resiliência de seu sistema produtivo.

De acordo com Paulo Petersen, da AS-PTA, uma das entidades que coordena a pesquisa, a resiliência não pode ser analisada por um ou dois indicadores, e sim pela interação de vários fatores ecológicos e sociais articulados num sistema. “Você não explica a resiliência só pelo solo, só pela vegetação, pelo tamanho da terra, pela participação da mulher, mas tudo isso em conjunto. Essa é a grande complexidade e dificuldade de fazer esse tipo de pesquisa”, avalia.

Texto: Gleiciane Nogueira (ASACom) / Catarina Buriti (Insa/MCTI)

A PESQUISA

A pesquisa busca a sistematização de práticas acumuladas pelos agricultores e agricultoras e o mapeamento das estratégias adotadas para a convivência com o semiárido. O projeto utiliza a metodologia de pesquisa participativa, incentivando que os próprios atores realizem as avaliações de resiliência dos agroecossistemas. É uma experiência de pesquisa inédita que reúne uma rede formada por organizações sociais, um centro de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação para o Semiárido brasileiro e os próprios agricultores experimentadores. Deste modo, inaugura na região uma estratégia sem precedentes de mapear, construir e aperfeiçoar conhecimentos, visando subsidiar a formulação de políticas públicas.

Paulo Petersen destaca a pesquisa como um processo de construção do conhecimento que envolve diversas entidades da agricultura familiar, e o desafio de que os resultados levantados possam influenciar as políticas públicas. “Nosso desafio é entender as estratégias das famílias e tirar ensinamentos que possam inspirar a formulação de políticas que sejam sensíveis ao que as experiências estão dizendo”, conclui.

Nessa perspectiva, o último dia do Seminário Internacional Construção da Resiliência Agroecológica em Regiões Semiáridas prevê um painel sobre diretrizes para o desenho de políticas públicas para o semiárido no contexto das mudanças climáticas com a presença de gestores públicos, entre eles, o diretor de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Francisco Campelo, e o representante da Comissão Interministerial da Política de Agroecologia e Produção Orgânica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Cássio Trovatto.



Pesquisador apresenta resultados do município de Tianguá (CE)

Painel debate experiências agroecológicas de enfrentamento às mudanças climáticas em diferentes regiões semiáridas do mundo



O Seminário Internacional Construção da Resiliência Agroecológica em Regiões Semiáridas, que teve início na última quarta-feira, dia 21, na sede do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), em Campina Grande (PB), foi aberto com uma mesa composta pelo diretor do Insa, Ignacio Hernán Salcedo, pela coordenadora da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), Glória Araújo e pelo representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Ricardo Padilha.

Ignacio Salcedo ressaltou que a proposta do Instituto é trabalhar fortemente unido com os movimentos sociais, partindo da união entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento dos agricultores. Glória Batista, em sua fala, destacou os acúmulos e conquistas da rede em seus 15 anos de existência, como a democratização do acesso à água, com um trabalho que vai além da construção de infraestruturas hídricas, que se conecta com as práticas e com o conhecimento dos agricultores, fortalecendo os processos de articulação territoriais existentes.

Já o representante da FAO, lembrou que, para o órgão, 2014 foi o ano da agricultura familiar, e segundo ele, as iniciativas de fortalecimento desse modelo lançadas no ano passado, irão continuar. Ele destacou ainda que 2015 é o ano dos solos, que também tem relação direta com o tema da construção da resiliência e com o combate à desertificação e que seminários como este tem um papel muito grande na articulação de atores e redes que atuam no enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas e a desertificação.



Mesa de abertura do Seminário

A mesa de abertura antecedeu o painel 'Construção da resiliência agroecológica e reversão da desertificação no contexto de mudanças climáticas: experiências e aprendizados em regiões semiáridas', que contou com a participação dos convidados internacionais Clara Inés Nicholls, coordenadora geral da Rede Iberoamericana de Agroecologia para o Desenvolvimento de Sistemas Agrícolas Resilientes e Mudanças Climáticas (Redagres) e de Souleymane Cissé, representante da ONG senegalesa IED – Afrique (Inovação, Meio Ambiente e Desenvolvimento), além de Luciano Silveira, da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e da ASA.

Souleymane Cissé foi o primeiro a falar. Após a contextualização da região conhecida como Sahel, uma faixa de mais 5.000km de extensão, situada na África Subsaariana, entre o oceano Atlântico e o Mar Vermelho, passando por partes de países como Mali, Senegal, Níger, Chade, Mauritânia, Burkina Fasso, Gâmbia e Camarões. Segundo o senegalês, apesar da região ter um clima bastante vulnerável, de 80 a 90% da atividade agrícola é formada pela agricultura familiar, que é responsável por 60% da alimentação produzida.

Souleymane afirmou que as secas severas que a região enfrentou, principalmente entre os anos 60 e 90, foram responsáveis por uma degradação de 67% das terras. As mudanças climáticas também vem afetando a estabilidade alimentar, em 2013 a desnutrição atingiu 16 milhões de pessoas e gerou prejuízos de 9 bilhões. Para o convidado africano, comparando as realidades do seu país e do Brasil, ele considera que o contexto brasileiro é muito mais favorável para a agroecologia: “as pessoas e os governos compreendem melhor o significado da agroecologia e ela está mais bem estruturada enquanto sistema do que na África”, avalia.

Uma das semelhanças que ele identificou entre as duas regiões semiáridas foi que a agroecologia vem sendo desenvolvida e encarada como um movimento pelas redes de promoção. Souleymane apresentou em sua exposição um conjunto de experiências tradicionais que tem sido resgatadas pelas famílias agricultoras que tem tido uma excelente resposta aos problemas enfrentados, incluindo a redução do êxodo rural de jovens para países europeus.

Clara Nicholls, colombiana e coordenadora da Redagres, falou sobre o impacto das mudanças climáticas em diversas partes da América Latina, com os fenômenos do El Niño (seca) e La Niña (inundações e deslizamentos). De acordo com a pesquisadora, os estudos mostram que os pequenos agricultores, que menos causam, são os que mais sofrem com os efeitos destes fenômenos. Outra observação é que, em diversos casos pesquisados, como a de uma família de agricultores cubanos, os sistemas agroecológicos se mostraram muito mais eficientes do ponto de vista energético do que os sistemas convencionais, que gastam mais energia e produzem menos, principalmente por terem baixa capacidade de resistirem a períodos secos

e só apresentarem boa produtividade com uma grande quantidade de água, insumos e energia.

Clara criticou as pesquisas que trazem prognósticos ambientais, por desconsiderarem o conhecimento das populações locais: “Elas sempre olham para o futuro, nunca olham lá atrás para saber como os ancestrais superaram estas mudanças e minimizaram as perdas. A agroecologia não trabalha com receitas prontas, mas com princípios e com aprendizagem mútua”, disse. A pesquisadora lembrou que é preciso também considerar nos estudos a resiliência sociológica, humana, pois a agroecologia é socialmente e politicamente produtiva, do ponto de vista da geração da autonomia e da capacidade de recomposição.

Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA e representante da ASA Brasil, fez uma contextualização sobre a região semiárida brasileira, que tem uma extensão de mais 1 milhão de metros quadrados e 1,7 milhão de famílias agricultoras, o que representa 35% do contingente da agricultura familiar do país. Luciano lembrou que o processo histórico de ocupação da região tem sido marcado pela concentração do acesso aos recursos como a água e a terra, em um modelo centrado na agricultura para exportação e em um padrão de desenvolvimento predatório dos recursos naturais. As soluções propostas eram pensadas na lógica do ‘combate à seca’. Todo esse quadro, segundo o painelistas, levou ao aprofundamento de relações de dependência e subordinação das populações locais.

Luciano explicou que a estratégia da ASA foi a da descentralização do acesso aos recursos, e nesse sentido, a água seria o primordial deles. Segundo ele, a entrada da água à partir da construção das infraestruturas hídricas, a valorização da inserção social e econômica das mulheres e a participação ativa das comunidades, trouxeram impactos múltiplos e fizeram com que as famílias envolvidas nessa dinâmica atravessassem os últimos períodos de seca com muito mais tranquilidade. Nos seus 15 anos de existência, a ASA já sistematizou 1.500 experiências e realizou mais de 1.300 intercâmbios com o envolvimento de 34 mil agricultores e agricultoras. Ele afirmou que a parceria da ASA com o Governo Federal é um caso emblemático de que as políticas públicas podem vir de baixa pra cima, em um cenário onde é preciso se repensar a construção das políticas.

As experiências trazidas pelos palestrantes serão ponto de reflexão para a parte da tarde, dedicada ao debate dos resultados preliminares da Pesquisa ASA-INSA realizada desde 2012, em todos os estados do semiárido brasileiro.

O Seminário Internacional Construção da Resiliência Agroecológica em Regiões Semiáridas, segue até esta sexta-feira (23) com a realização de visitas de campo, trabalhos de grupo, debates e a abertura de uma exposição fotográfica. A iniciativa é da ASA, do INSA e do Projeto Terra Forte e seus parceiros, cofinanciado pela União Europeia.



Exposição fotográfica retrata vivências de agricultores e agricultoras do Semiárido paraibano

Compondo a programação do Seminário Internacional Construção da Resiliência Agroecológica em Regiões Semiáridas, aconteceu na noite da quinta-feira (22) coquetel de lançamento da exposição fotográfica Terra Forte: paisagens camponesas, no Hotel Fazenda Day Camp, em Campina Grande (PB).

Por meio das lentes do fotógrafo pernambucano Flávio Costa, a exposição retrata em 65 fotos a inteligência e perseverança de homens e mulheres que constroem na agricultura familiar caminhos para transpor localmente desafios que são também de escala global.

Retratado em algumas das fotos, o agricultor Luiz Sousa, da comunidade Salgado de Souza, município de Solânea, esteve presente no lançamento e reiterou o seu compromisso com o cultivo agroecológico e com a agricultura familiar. Além de Luiz, outros agricultores e agricultoras do Polo da Borborema estiveram presentes na exposição.

A concepção das fotografias foi feita a partir de visitas do fotógrafo com técnicos da AS-PTA às propriedades, e entendendo os processos criativos das famílias, as imagens foram sendo feitas. Fotografada em 5 municípios da região do Polo da Borborema,

a exposição busca destacar os principais resultados do Projeto Terra Forte produzidos pelas mãos dos homens e mulheres do semiárido paraibano.

A exposição foi visitada pelos participantes do seminário, além de agricultores retratados e outros convidados. O resultado agradou ao público, que elogiou a forma como o Semiárido foi retratado, com sensibilidade e ao mesmo tempo, mostrando a força daqueles agricultores e agricultoras. Foi também uma maneira de fazer com que esses personagens se vissem de forma completamente nova, como dona Irene, agricultora experimentadora de Solânea, que capturada pelas lentes de Flávio, se disse muito feliz pelas fotos.

As experiências de promoção da Agroecologia na região são apoiadas pelo Projeto Terra Forte, iniciativa concebida e executada pela AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com o Polo da Borborema, o Patac e a Agrônomos e Veterinários Sem Fronteira (AVSF) com o cofinanciamento da União Europeia.

Texto: Agamenon Porfírio (AS-PTA)

Questão fundiária é um dos grandes gargalos para a construção da resiliência no Semiárido

“

A concentração de terra no Semiárido brasileiro é um dos grandes bloqueios estruturais para a construção da resiliência da agricultura familiar na região. É preciso democratizar o acesso à terra e reorientar as políticas públicas para a agricultura familiar para que as experiências de convivência com o Semiárido se multipliquem, ampliem suas escalas e se consolidem.

”



Essas ideias foram apresentadas por Paulo Petersen, coordenador executivo da AS-PTA, na mesa de encerramento do Seminário Internacional sobre a Construção da Resiliência em Regiões Semiáridas, ocorrida na última sexta-feira, dia 23 de janeiro, na sede do Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTI), em Campina Grande (PB). Elas integram a síntese dos debates realizados nos dois primeiros dias do Seminário, quando os participantes puderam visitar e debater experiências de construção de resiliência agroecológica nos territórios paraibanos da Borborema e do Cariri e avaliar os resultados preliminares da pesquisa “Insa-ASA” sobre construção da resiliência agroecológica na região.

A mesa foi dedicada ao tema das políticas públicas para a promoção de uma agricultura mais resiliente no Semiárido diante do contexto das mudanças climáticas globais. Participaram do debate representantes do governo federal como Cássio Trovatto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), Francisco Campello, Diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), além de Pedro Gama, Chefe Geral da Embrapa Semiárido e Cristina Nascimento, representante da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

ABORDAGENS INTEGRADORAS

Os debates ressaltaram a necessidade de abordagens mais abrangentes e integradoras para que as políticas públicas sejam concebidas de forma a compatibilizar as dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas envolvidas nas dinâmicas de desenvolvimento rural. A abordagem que prevalece na concepção de muitas das políticas vigentes isola essas dimensões entre si, gerando verdadeiros círculos viciosos que realimentam a crise sistêmica que desafia a humanidade. Ao enfrentarmos problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional com base em uma perspectiva produtivista, por exemplo, estimula-se a dinâmica expansiva dos agronegócios e acentuam-se as crises ambientais, energéticas e sociais. Ao tentar equacionar a dimensão ambiental a partir de uma abordagem restrita às noções do preservacionismo e do conservacionismo, violam-se direitos de comunidades rurais sobre os territórios que historicamente viveram e produziram. As adaptações às mudanças climáticas e a mitigação dos processos geradores da desertificação no Semiárido dependem dessas abordagens integradoras. É exatamente esse o aporte da perspectiva agroecológica para o desenvolvimento rural.

Nessa direção, Paulo Pertesen destacou a importância atribuída pelos debates à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o processo de luta, organização e mobilização social para que ela seja reforçada, sobretudo ao favorecer essa abordagem multissetorial de tratamento dos problemas do desenvolvimento. No entanto, ele destaca que a PNAPO até o momento não vem merecendo a devida importância em vários ministérios e órgãos de governo. Citou como exemplo o caso do Ministério do Meio Ambiente. “Pouca efetividade terão as medidas do Ministério do Meio Ambiente para enfrentar os problemas da desertificação e das mudanças climáticas caso esses processos continuem a ser abordados como fenômenos estritamente ambientais. Por isso atribuímos tamanha importância ao papel e ao lugar que poderá vir a jogar a PNAPO como instância de articulação interministerial”, disse.

DESAFIOS

Dentro desse quadro mais amplo relacionado à necessidade de articulação de políticas no âmbito dos territórios rurais, Pertesen destacou o desafio de maior vinculação entre as ações de pesquisa agropecuária, de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a educação contextualizada, tendo os agricultores e agricultoras como protagonistas dos processos de construção do conhecimento agroecológico. Outro destaque apresentado na síntese é a importância do enfoque territorial para que as dinâmicas de desenvolvimento rural evoluam a partir da valorização dos potenciais ecológicos, socioculturais, econômicos e institucionais de cada território. É no território que as organizações locais se articulam e é sobre ele que elas atuam, construindo estilos de agricultura mais resilientes que ao mesmo tempo promovem conservação dos bens naturais, dinamização econômica e melhor distribuição da riqueza. A revalorização dos potenciais ecológicos e econômicos da biodiversidade nativa na Caatinga apresenta-se nesse contexto como uma estratégia decisiva para a construção de maiores níveis de resiliência agroecológica. Nesse tema, as experiências visitadas e debatidas demonstram o papel central desempenhado pelas mulheres agricultoras como guardiãs do patrimônio genético.

O representante da Comissão Nacional da Desertificação, Francisco Campello, viu o Seminário como um espaço estratégico para propor e garantir o desenvolvimento de novas políticas públicas para a agroecologia e para uma convivência sustentável em espaços semiáridos, e a melhoria das políticas já conquistadas. “É importante refletir sobre como a produção agroecológica pode, de fato, ser um elemento extremamente transformador para se chegar à segurança alimentar, energética e hídrica inter-relacionadas com os recursos naturais”, assevera Campello. Ele relembrou ainda a importância de não perder espaço no próximo



Diretor do Insa ressalta importância da conservação do solo

Plano Plurianual (PPA – 2016-2019), que é estratégico para garantir o enfrentamento dos desafios que temos pela frente. Campello ressaltou ainda que a Conferência das Partes (COP) da Convenção das Nações Unidas sobre Combate a Desertificação, que ocorrerá em Cancun, México, de 09 a 12 de março deste ano, é um espaço estratégico para apresentação das experiências que vêm sendo construídas no Semiárido brasileiro e que apontam na direção da convivência com os efeitos das mudanças climáticas na região, em particular a acentuação dos períodos de estiagens prolongadas.

O diretor do Insa, Ignacio Hernán Salcedo, participou como um dos debatedores da mesa, e afirmou: “Já que este é o Ano Internacional dos Solos, temos que debater mais sobre degradação e conservação dos solos. A degradação dos solos e a desertificação foram causadas pelo ser humano. Não são obras do acaso. Precisamos fazer reflexões críticas. Temos que assumir essa responsabilidade”.

Por fim, Cristina Nascimento, coordenadora da ASA pelo estado do Ceará, falou sobre a defesa e reafirmação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como uma prioridade da ASA, a partir das demandas dos agricultores e das agricultoras. Ela ressaltou ainda que a política de desenvolvimento territorial é entendida como uma estratégia nascida das organizações dos agricultores e que, nesse sentido, precisa retomar os debates e dialogar com as experiências para que a política aconteça na perspectiva da reafirmação da identidade local.

Como encaminhamento do Seminário Internacional Construção da Resiliência Agroecológica em Regiões Semiáridas definiu-se pela elaboração de um documento de síntese que aborde os temas centrais debatidos no evento para que seja apresentado em diferentes instâncias nacionais e internacionais nas quais os temas da adaptação às mudanças climáticas, o combate à desertificação e a agroecologia serão debatidas este ano.

Patrícia Ribeiro (Comunicadora popular da ASA)

EXPEDIENTE

Governo do Brasil

Presidência da República

Dilma Vana Rousseff

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Clelio Campolina Diniz

Secretário executivo

João Alberto De Negri

Instituto Nacional do Semiárido

Diretor

Ignacio Hernán Salcedo

Diretor Substituto

Salomão de Sousa Medeiros

Coordenador de Pesquisa

Aldrin Martin Perez Marin

Comitê editorial

Jornalista Responsável:

Catarina Buriti (MTB 3109/PB)

Equipe:

Rodeildo Clemente / Matheus Lino

Projeto Gráfico:

Wedsley Melo

